

Proposta 269_DG Assunto: Relatório e Contas 2025	Despacho do C.A.: <i>O Conselho de Administração reunido aos 27 dias de Fevereiro de 2026, aprovou por unanimidade o Relatório e Contas referente ao ano 2025</i> <i>110 m 11</i> <i>27/02/2026</i>
---	--

Exmos. Senhores Membros do Conselho de Administração,

Na sequência do cumprimento do disposto na lei e nos estatutos da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., vimos por este meio submeter à apreciação e aprovação de V. Exas. o Relatório e Contas relativo ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2025, documento que expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade desenvolvida ao longo do último ano e que constitui um importante instrumento de prestação de contas perante os acionistas e demais partes interessadas.

O presente relatório foi elaborado em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística, dando cumprimento a todas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da RSTJ, procedendo a uma análise equilibrada e global da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

No que concerne ao enquadramento económico, o exercício de 2025 ficou marcado por um contexto global de elevada incerteza, associado às tensões geopolíticas, nomeadamente a guerra na Ucrânia e os conflitos no médio oriente, bem como ao aumento das disputas comerciais entre grandes potências económicas, fatores que têm contribuído para a manutenção de níveis elevados de volatilidade nos mercados financeiros e energéticos, pressão sobre as cadeias de abastecimento e custos de produção. A economia portuguesa manteve, contudo, um crescimento sólido, embora moderado, com o Produto Interno Bruto a situar-se em cerca de 2,0%, acima da média da zona euro e da União Europeia, e a inflação registou uma trajetória de descida, fixando-se em 2,2%, o que contribuiu para reduzir a incerteza nos custos de produção e no poder de compra das famílias. O Banco Central Europeu procedeu durante o ano a uma redução das taxas de juro, situando-se em dezembro a taxa aplicável às operações principais de refinanciamento em 2,15%, o que representa um alívio face aos anos anteriores, embora se mantenha num patamar superior ao verificado na década anterior.

Da análise da atividade e da posição financeira da empresa, verifica-se que o exercício de 2025 foi profundamente marcado por uma gestão criteriosa e rigorosa que permitiu alcançar resultados expressivamente positivos, num quadro de grandes dificuldades e de acentuadas restrições financeiras. **O volume de negócios atingiu 13.115.101,91 euros, registando um crescimento de 15,31% face ao ano anterior,** o que representa um desempenho notável num contexto de elevada incerteza e de pressão sobre os custos. A decomposição deste valor evidencia um crescimento significativo nas vendas de bens, que ascenderam a 5.114.150,26 euros, e nas prestações de serviços, que totalizaram 8.000.951,65 euros, demonstrando a capacidade da empresa para

manter os níveis de atividade projetados. Os restantes rendimentos, onde se inclui a imputação de subsídios ao investimento, totalizaram 749.607,69 euros, contribuindo igualmente para o desempenho global do exercício.

No que concerne à estrutura de gastos, os Fornecimentos e Serviços Externos situaram-se em 4.209.103,47 euros, evidenciando uma gestão rigorosa e contida dos custos operacionais, enquanto os Gastos com Pessoal ascenderam a 5.693.465,38 euros, valor que reflete a manutenção de um quadro de colaboradores estável e qualificado, com um número médio de 243 trabalhadores e um gasto médio por pessoa de 23.429,90 euros. Os Outros Gastos totalizaram 2.109.074,22 euros, dos quais uma parte significativa respeita à Taxa de Gestão de Resíduos, cujo aumento expressivo resultou da alteração do comportamento operacional da Tratolixo e que não era possível antecipar no momento da elaboração do orçamento. As depreciações e amortizações do período fixaram-se em 1.369.790,54 euros, refletindo o esforço de investimento realizado em anos anteriores.

Em consequência do desempenho da atividade e da gestão criteriosa desenvolvida, o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) atingiu 1.808.368,62 euros, o Resultado Operacional alcançou 438.578,08 euros, e após o efeito dos juros e gastos similares suportados no montante de 179.537,83 euros e do imposto sobre o rendimento no valor de 36.655,55 euros, o Resultado Líquido do período ascendeu a 222.384,70 euros, um valor positivo que demonstra de forma inequívoca a qualidade da gestão desenvolvida e a capacidade da administração para otimizar os recursos disponíveis e maximizar o desempenho financeiro da empresa, mesmo num contexto adverso. A evolução dos principais indicadores financeiros evidencia igualmente a solidez da posição da empresa, com uma autonomia financeira de 0,28, uma solvabilidade de 0,40 e uma liquidez geral de 0,66, números que, no cenário em que ao valor do capital próprio for acrescida a dívida registada no passivo não corrente aos acionistas, valor do trespasse a converter em capital, refletiriam uma autonomia financeira significativamente superior.

No que respeita aos investimentos, foram concretizados no exercício investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 1.296.568,75 euros, destacando-se a aquisição de equipamento básico no valor de 907.214,00 euros, equipamento de transporte no valor de 174.950,00 euros, equipamento administrativo no valor de 7.867,00 euros, outros ativos fixos tangíveis no valor de 896,75 euros e ativos fixos tangíveis em curso no valor de 205.641,00 euros. Foram ainda adquiridos investimentos em ativos intangíveis no montante de 49.970,80 euros, referentes a programas de computador. Estes investimentos, embora relevantes, ficam aquém das reais necessidades da empresa, designadamente no que concerne ao cumprimento das obrigações ambientais decorrentes da Declaração de Impacto Ambiental, cujo prazo de validade termina a 31 de julho de 2027, e à concretização dos objetivos estratégicos definidos no PAPERSU 2030, que prevê um conjunto de investimentos fundamentais para a modernização e expansão do sistema, cuja execução está inteiramente dependente da existência de um enquadramento contratual estável e adequado.

Importa salientar que a empresa enfrenta um conjunto de riscos e incertezas que importa considerar, designadamente a existência de diversos processos de contraordenação em aberto, num total de 25, envolvendo entidades como o IMT, a ACT, a IGAMAOT, a APA e a CCDRLVT, bem como a existência de litígios fiscais relacionados com liquidações corretivas da Taxa de Gestão de Resíduos relativas aos anos de 2016 a 2020, cujo montante em disputa ascende a cerca de 1.033.000 euros, encontrando-se os respetivos processos a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com efeito suspensivo da cobrança. A empresa gere estes riscos com a devida prudência, mas a sua resolução definitiva constitui um fator de incerteza que importa acompanhar com a maior atenção.

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais o presente relatório é produzido, encontrando-se a empresa a desenvolver a sua atividade normal, no quadro das condicionantes já identificadas.

No que concerne às perspetivas para o próximo exercício, a RSTJ perspetiva, de acordo com o orçamento aprovado, um volume de negócios de 12.987.536 euros e um EBITDA de 1.423.136 euros. No que respeita à

2/6

execução do Plano de Investimentos, preveem-se investimentos futuros no montante de 30.769.836 euros, nomeadamente nos projetos decorrentes da Declaração de Impacto Ambiental, no aterro sanitário, na recolha e na valorização multimaterial e orgânica. A concretização destes investimentos está, contudo, inteiramente dependente da existência de um enquadramento contratual estável e adequado, designadamente da aprovação do novo Contrato de Gestão Delegada para o período 2026-2030 e do respetivo Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, sem os quais não será possível assegurar os meios financeiros necessários à sua execução nem dar cumprimento às obrigações legais e ambientais que sobre a empresa impendem.

Nestes termos, a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., no período económico findo em 31 de dezembro de 2025, realizou um resultado líquido de 222.384,70 euros, propondo a sua aplicação da seguinte forma: 22.238,47 euros para reservas legais conforme estipulado no artigo 29.º do Pacto Social e 200.146,23 euros para resultados transitados.

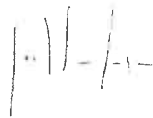
A Administração não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, cujo empenho e dedicação foram fundamentais para o desempenho alcançado, os fornecedores e clientes pela confiança depositada, e as instituições financeiras pelo apoio concedido. O compromisso de todos é essencial para a continuação da trajetória de desenvolvimento e para a superação dos desafios que se colocam à empresa.

À consideração do Conselho de Administração.

Eco Parque do Reivão

Carregueira, 26 de Fevereiro de 2026

o Diretor Geral



(Joel Nunes Marques)

10

2
10

RELATÓRIO E CONTAS



ANO: 2025

Handwritten signatures in blue ink.

RELATÓRIO DE GESTÃO



ANO: 2025

1 - Introdução

Exmos. Acionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a administração da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., com sede social em Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, Carregueira, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão que expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2025.

O referido documento contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado a 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009 e conforme os modelos de demonstrações financeiras constantes na Portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

2 - Enquadramento Económico

Em 2025, a economia portuguesa manteve um crescimento sólido, embora moderado, com projeções oficiais a situarem o Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 2,0% ao longo do ano. Portugal cresce acima da média da zona euro e da UE, apesar de um quadro externo desafiante. A economia europeia em 2025 apresenta crescimento moderado (zona euro 1,4%, UE 1,4%), influenciado por incertezas nos fluxos comerciais e riscos geopolíticos.

A dívida pública continua a descer gradualmente, estimando-se ficar abaixo de 90% do PIB em 2026, o que representa uma redução significativa face aos níveis acima de 130% na década anterior.

A inflação está prevista diminuir gradualmente em 2025 para cerca de 2,2%, com uma trajetória de descida ao longo de 2026 para perto de 2,1%. Esta desaceleração reflete a diminuição dos preços da energia e bens industriais, e uma normalização gradual nos preços dos serviços. Este nível de inflação encontra-se alinhado com os objetivos de estabilidade de preços da política monetária europeia, o que ajuda a reduzir a incerteza nos custos de produção e no poder de compra das famílias.

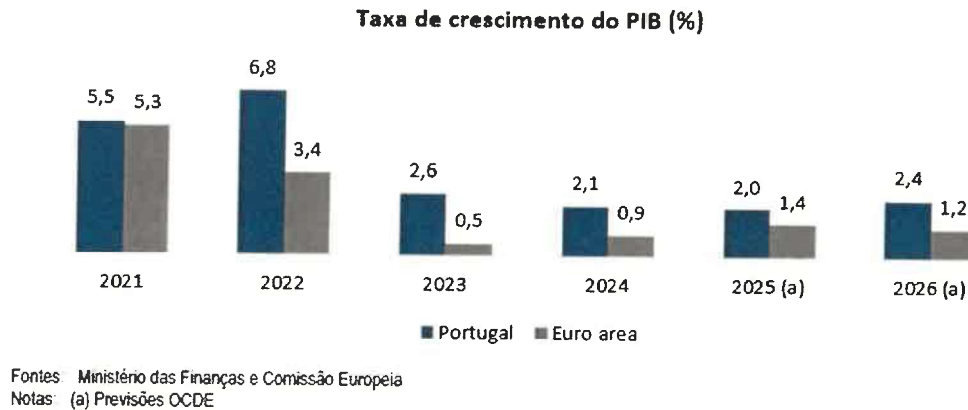
O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Principais indicadores económicos (%)						
	2021	2022	2023	2024	2025 (a)	2026 (a)
Produto interno bruto (PIB)	5,5	6,8	2,6	2,1	2,0	2,3
Consumo privado	4,7	5,6	2,0	3,0	3,6	2,3
Consumo público	4,6	1,4	0,6	1,5	1,6	1,2
Saldo orçamental (% do PIB)	-2,9	-1,9	1,2	0,5	0,0	-0,4
Taxa de desemprego	6,6	6,1	6,5	6,4	6,2	6,3
Taxa de inflação (IHPC)	0,9	8,1	5,3	2,7	2,2	2,1

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (a) Previsões OCDE, INE e Banco de Portugal (dez/2025)

Em 2025, a taxa de desemprego em Portugal continua relativamente baixa, com projeções a situarem-se em cerca de 6,2% em 2025, com uma tendência de manutenção para os anos seguintes. A estabilidade do emprego é um fator importante para o consumo interno, mantendo a confiança das famílias e sustentando a procura agregada.

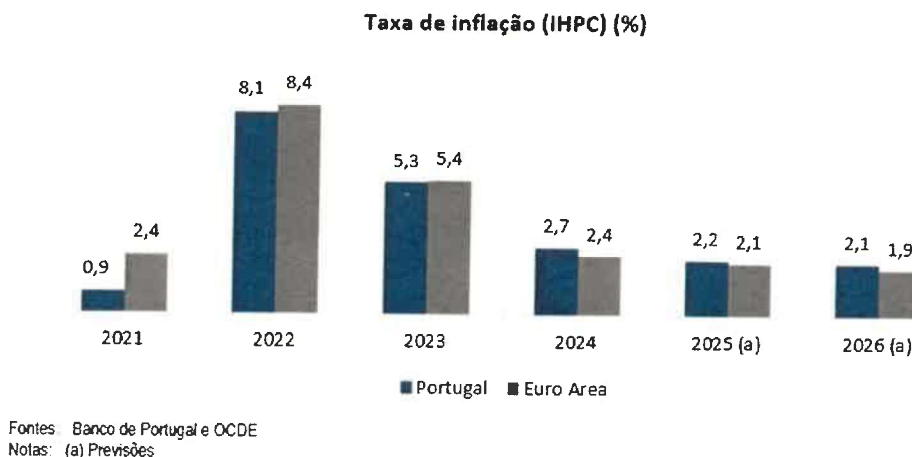
A economia portuguesa deverá crescer 2,0% em 2025, projetando-se uma evolução para 2,3% em 2026. Nas projeções do Eurosistema, o crescimento do PIB na área do euro situa-se em 1,4% em 2025 e 1,2% em 2026. O comportamento apresenta-se no seguinte gráfico (valores em percentagens):



De acordo com as projeções macroeconómicas mais recentes da OCDE, do Banco de Portugal, entre outras instituições, o crescimento económico na Europa deverá manter-se heterogéneo entre as principais economias. A França deverá apresentar um crescimento moderado do PIB, em torno de 0,7–0,8% em 2025, enquanto a Alemanha, maior economia europeia, deverá crescer de forma contida, cerca de 0,3%. A Itália apresentará igualmente um crescimento modesto, próximo de 0,5%. Em contraste, a Espanha, principal parceiro económico de Portugal, deverá manter um crescimento robusto de cerca de 2,9%. O Reino Unido, apesar de se encontrar fora da U.E, deverá crescer aproximadamente 1,4%. Para Portugal, o Banco de Portugal projeta um crescimento entre 2,0% e 2,3%, acima da média da área do euro.

Em 2025, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 2,3%, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2024 (2,4%), enquanto o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 2,2% em 2025 (2,7% no ano anterior).

O comportamento e evolução das taxas de inflação (IHPC) apresentam-se no seguinte gráfico (valores em percentagens):



Durante 2025, o Banco Central Europeu procedeu a uma redução das taxas de juro. Em dezembro de 2025, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento situava-se em 2,15%, enquanto as taxas da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósito se fixavam em 2,40% e 2,00%, respetivamente.



O setor exportador português enfrenta atualmente um contexto mais incerto e desafiante, refletindo o aumento das barreiras aduaneiras e a consequente reconfiguração do comércio mundial, a que se juntam pressões sobre a competitividade-preço associadas à apreciação do euro e aos aumentos relativamente elevados dos custos unitários do trabalho nos últimos anos. Entre o final de 2019 e o final de 2024, os custos do trabalho ajustados pela produtividade aumentaram 29,9% em Portugal e 20,2% no conjunto dos principais parceiros comerciais.

Portugal inclui-se no grupo de países com taxas aduaneiras efetivas face aos EUA relativamente baixas, o que lhe confere alguma vantagem face a países concorrentes neste mercado.

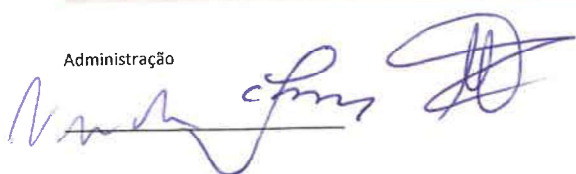
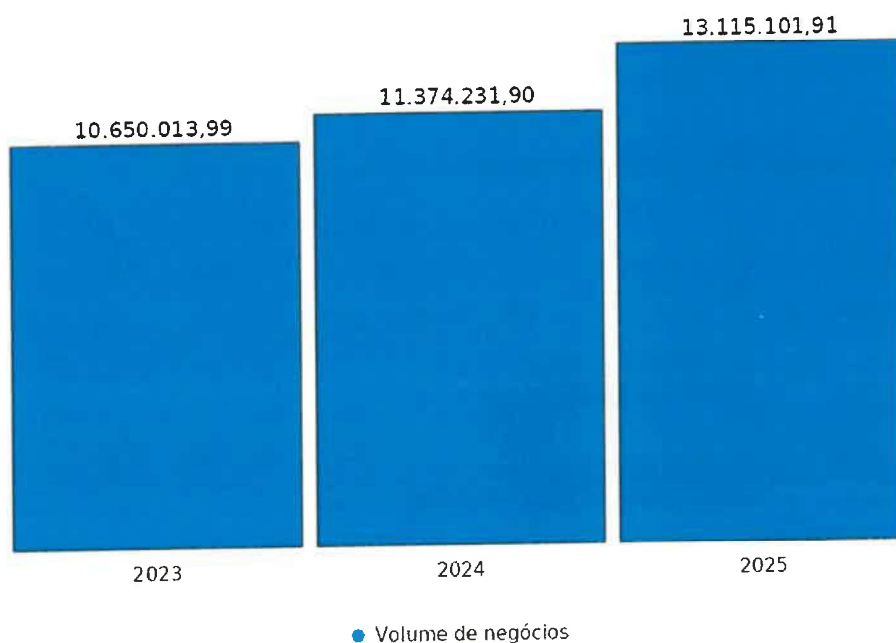
Não obstante, o crescimento do comércio global deverá ser mais lento, e os efeitos indiretos do aumento generalizado dos direitos aduaneiros dos EUA tenderão a ser negativos, refletindo uma maior concorrência decorrente do desvio de comércio de grandes parceiros, como a China, para a União Europeia. Neste contexto, assume-se que a quota de mercado das exportações se mantém globalmente estável.

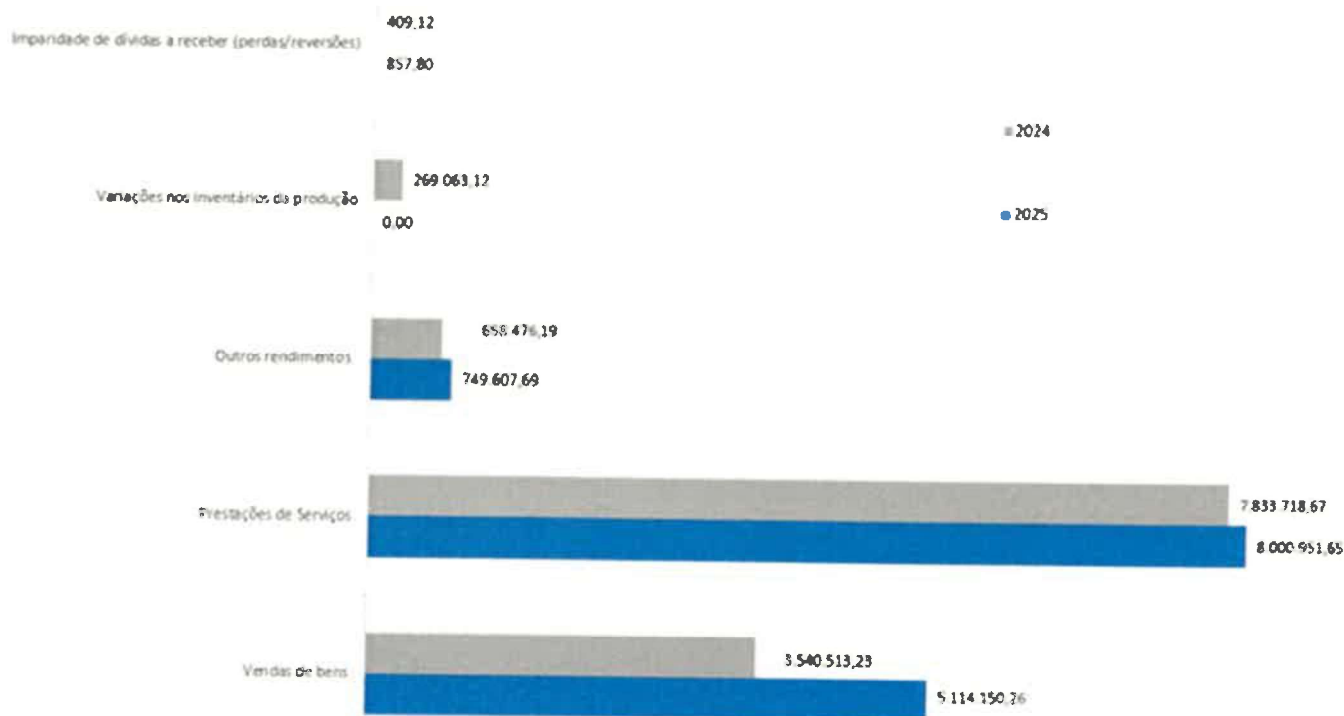
Para Portugal, em 2026, a previsão aponta para um crescimento de 2,3%, sustentado pela procura interna, pelo investimento em infraestruturas e pela utilização dos fundos europeus. Com a inflação mais estabilizada e o desemprego reduzido, Portugal poderá enfrentar menor volatilidade macroeconómica no curto prazo, embora choques externos continuem a poder afetar o ritmo de crescimento.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

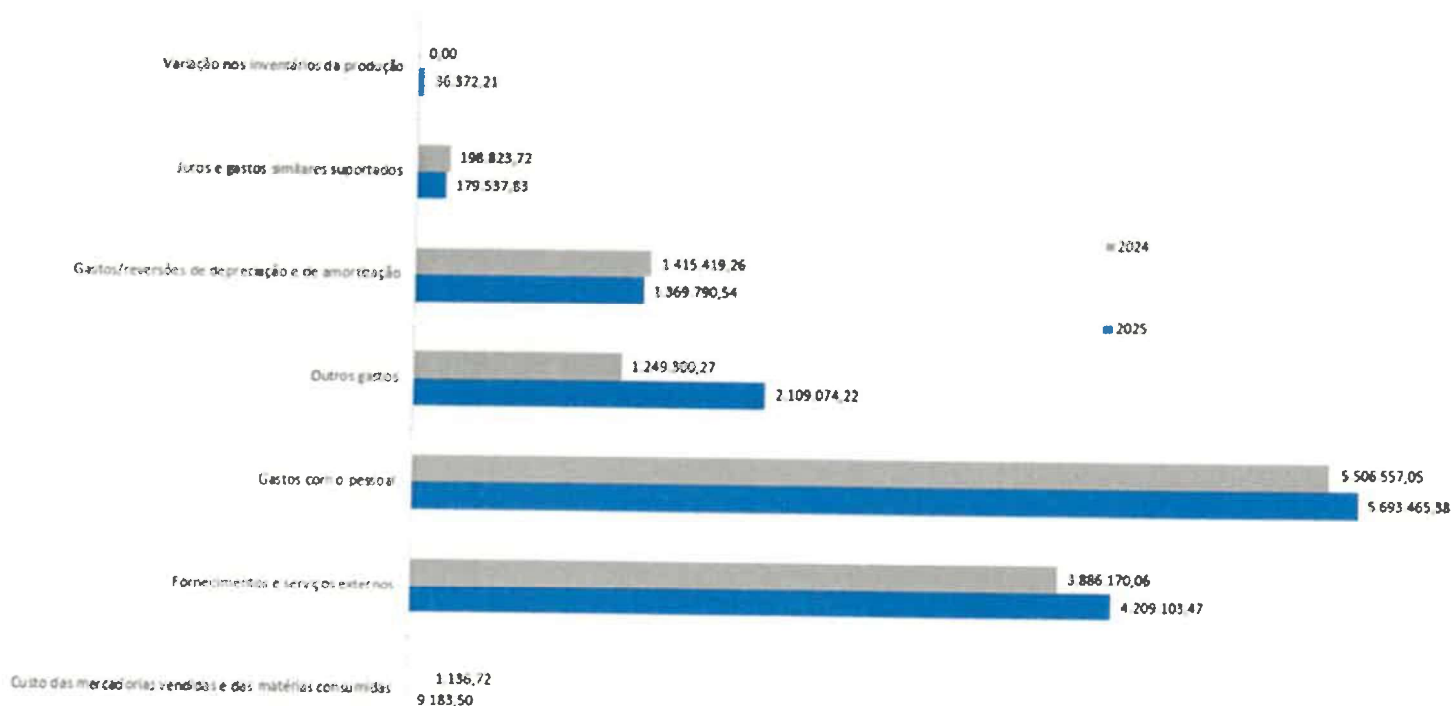
No período de 2025 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 13.115.101,91 euros, representando uma variação de 15,31% relativamente ao ano anterior.

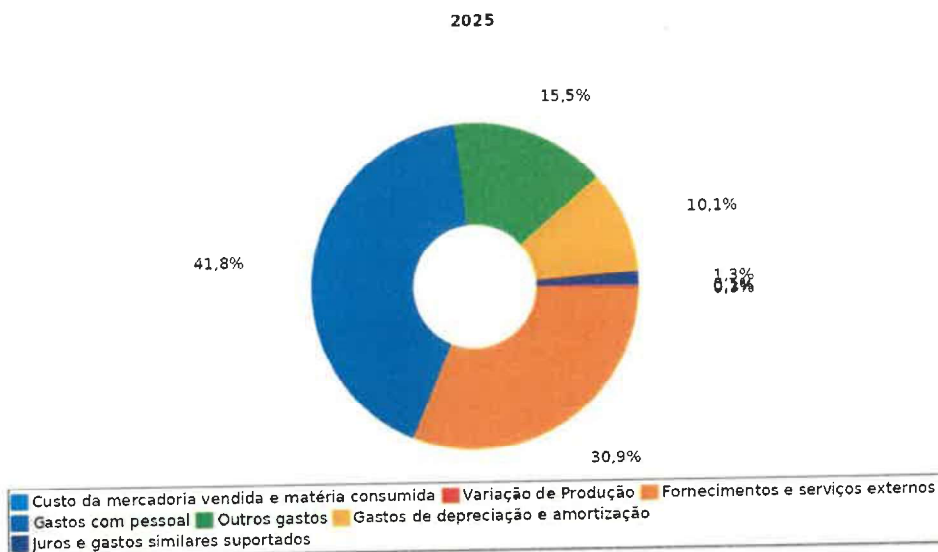
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



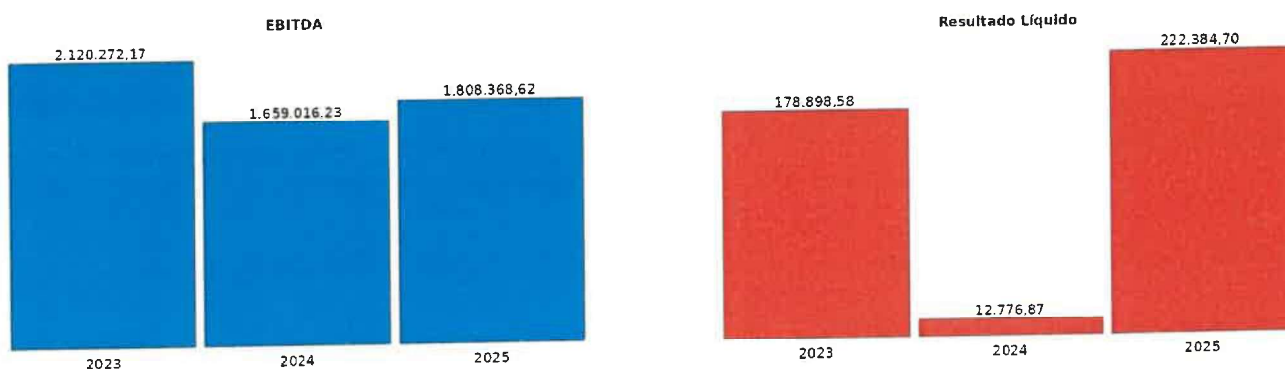



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:





Indicadores Financeiros:

Itens	PERÍODO	
	2024	2025
Autonomia	0,30	0,28
Solvabilidade	0,42	0,40
Liquidez Geral	0,55	0,66

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	2023	2024	2025
Ativo não corrente	12.609.556,95	11.431.511,52	11.383.905,87
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	79,77%	77,90%	73,30%
Ativo corrente	3.198.920,16	3.243.042,36	4.147.596,51
<i>Percentagem ativo corrente</i>	20,24%	22,10%	26,70%
Total ativo	15.808.477,11	14.674.553,88	15.531.502,38
Capital Próprio	4.798.227,51	4.337.960,79	4.412.776,53
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	30,35%	29,56%	28,41%
Passivo não corrente	5.039.640,05	4.410.312,94	4.819.311,90
<i>Percentagem passivo não corrente</i>	31,88%	30,05%	31,03%
Passivo corrente	5.970.609,55	5.926.280,15	6.299.413,95
<i>Percentagem passivo corrente</i>	37,77%	40,39%	40,56%
Total Capital Próprio e Passivo	15.808.477,11	14.674.553,88	15.531.502,38

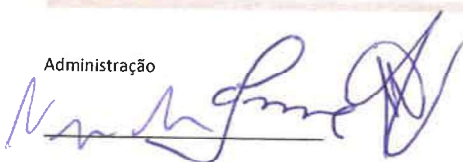
3.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Itens	PERÍODO		
	2023	2024	2025
Gastos com Pessoal	5.038.362,78	5.506.557,05	5.693.465,38
Nº Médio de Pessoas	260	246	243
Gasto Médio por Pessoa	19.378,32	22.384,38	23.429,90

3.2 - Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis, no montante de 1.296.568,75 euros, referentes a equipamento básico (907.214,00 euros), em equipamento de transporte (174.950,00 euros), em equipamento administrativo (7.867,00 euros), em outros ativos fixos tangíveis (896,75 euros) e em ativos fixos tangíveis em curso (205.641,00 euros). Foram adquiridos também investimentos em ativos intangíveis no montante de 49.970,80 euros, referentes a programas de computador.



3.3 - Investigação & Desenvolvimento

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

4 - Principais Riscos e Incertezas

A entidade apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A entidade gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

O atual cenário continua marcado por um contexto global de elevada incerteza, associado às tensões geopolíticas, nomeadamente a guerra na Ucrânia, bem como ao aumento das disputas comerciais entre grandes potências económicas. Estes fatores têm contribuído para a manutenção de níveis elevados de volatilidade nos mercados financeiros e energéticos, pressão sobre as cadeias de abastecimento e custos de produção. Adicionalmente, as possibilidades de abrandamento económico nas principais economias europeias poderão continuar a influenciar negativamente o investimento e o consumo, com potenciais reflexos na atividade empresarial em Portugal.

Contudo, a entidade, de acordo com o orçamento aprovado, perspetiva, para 2026, um volume de negócios de 12.987.536 euros, em linha com o obtido em 2025, e um EBITDA de 1.423.136 euros.

No que respeita à execução do Plano de Investimento, preveem-se investimentos futuros no montante de 30.769.836 euros, nomeadamente nos projetos DIA, aterro sanitário, recolha e valorização multimaterial e orgânica.

Face ao exposto, e considerando que é premissa da entidade a eficiente exploração e gestão dos serviços de interesse geral de resíduos urbanos dos seus acionistas, bem como a manutenção de resultados anuais equilibrados, entende-se que as previsões apresentadas se encontram alinhadas com os objetivos estratégicos definidos.

7 - Considerações Finais

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás a entidade não é detentora de ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a administração e os acionistas, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.



A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

Encontram-se em aberto os seguintes processos:

1. Contraordenação n.º 300051851570 (IMT)
2. Contraordenação n.º 200062651470 (IMT)
3. Contraordenação n.º 300064401370 (IMT)
4. Contraordenação n.º 300016551470 (IMT)
5. Contraordenação n.º 300013051470 (IMT)
6. Contraordenação n.º 300073001370 (IMT)
7. Contraordenação n.º 300060621370 (IMT)
8. Contraordenação n.º 201300944 (ACT)
9. Contraordenação n.º 353/18.4CAJIC (IGAMAOT)
10. Contraordenação n.º DJUR.DCCO.00246.2019 (APA)
11. Contraordenação n.º NUI/CO/000113/19.5.CGI (IGAMAOT)
12. Contraordenação n.º CO/000453/21.3CGI (IGAMAOT)
13. Contraordenação n.º NUI/CO/001443/22.4.CGI (IGAMAOT)
14. Contraordenação n.º 500.30.001.00011.2019/DSRVT (CCDRLVT)
15. Contraordenação n.º NUI/CO/00841/23.0.CGI (IGAMAOT)
16. Contraordenação n.º NUI/CO/003757/23.7.CGI (IGAMAOT)
17. Contraordenação n.º NUI/CO/001034/24.5.CGI (IGAMAOT)
18. Contraordenação n.º NUI/CO/002513/24.0.CGI (IGAMAOT)
19. Contraordenação n.º 500.30.001.00005.2024 (CCDRLVT)
20. Contraordenação n.º 500.30.001.00033.2024 (CCDRLVT)
21. Contraordenação n.º 500.30.001.00085.2024 (CCDRLVT)
22. Contraordenação n.º 500.30.001.00118.2024 (CCDRLVT)
23. Contraordenação n.º 500.30.001.00137.2024 (CCDRLVT)
24. Contraordenação n.º NUI/CO/001989/25.2.CGI (IGAMAOT)
25. Contraordenação n.º NUI/CO/001718/25.0.CGI (IGAMAOT)
26. Auto n.º 207641218 – GNR / ANSR

Liquidação Corretiva da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos)

A 29 de junho de 2021 a APA notificou a RSTJ da decisão final relativa à liquidação corretiva da TGR referente aos anos de 2016 a 2019, peticionando o pagamento (quadro abaixo).

A RSTJ apresentou impugnação tributária, à qual foi atribuída efeito suspensivo, o que significa que até decisão da causa os valores não irão ser cobrados coercivamente. Nessa impugnação, é posta em causa a liquidação levada a cabo pela APA e peticionando a sua anulação na totalidade. O processo corre termos no TAF de Leiria, com o n.º 1329/21.OBERLA (valor de 872.033,00 euros).

A 8 de maio de 2023, a APA notificou a RSTJ da decisão final relativa à liquidação corretiva da TRG referente ao ano de 2020, peticionando o pagamento (quadro abaixo).

Administração



A RSTJ apresentou impugnação tributária no TAF de Leiria com o n.º de processo 911/23-5BELRA (valor de 160.979,87 euros).

Período	Qt., depositada em aterro, declarada no MRRU e sujeita a TGR (t)	Qt., efetivamente depositada em aterro (t)	Diferenças (t)*	Diferencial TGT (com juros compensatórios) (euros)
2016	94.216,73	120.707,45	26.490,72	215.568,34
2017	82.678,03	117.616,73	34.938,69	283.474,71
2018	39.534,71	68.689,78	29.155,07	257.921,24
2019	50.067,52	61.690,63	11.623,11	115.068,77
2020	43.844,37	57.763,50	13.919,13	160.979,87

(*) Equivalente aos quantitativos acima dos 10% do total depositado em aterro (D1).

Outros contenciosos:

B. Processo 750/22.0BELRA

A 12 de agosto de 2022, a RSTJ intentou um processo de consignação em depósito para pagamento de 472.758,74 euros contra as empresas Ovo Solutions – Solução Ambientais, S.A., NIPC 508874211, com sede em Estrada dos Espanhóis S/N, CCI 7515, Venda do Alcaide 2955-250 Pinhal Novo, Caixa Leasing e Factoring – Sociedade Financeira de Crédito, S.A., NIPC 504868713, com sede em Avenida João XXI, 63, 1049-103 Lisboa, e Mattiussi Ecologia SRL, Sociedade de Responsabilidade Limitada constituída sob as leis de Itália, contribuinte n.º IT01281780302, com sede em Via Jacopo Linussio, n.º 80, 33100 Udine, Itália, por existirem diversas cedências de crédito com origem num contrato de fornecimento de bens celebrado com a primeira e dúvida fundada acerca da entidade a quem o pagamento deveria ser efetuado.

8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de 222.384,70 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte, conforme estipulado no Artº 29º do Pacto Social:

Itens	PERÍODO 2025
Resultados Transitados	200.146,23
Reservas Legais	22.238,47
Total	222.384,70

9 - Agradecimentos

A Administração não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o Anexo.



10 - Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Conselho de Administração

Entidade: Município da Chamusca

Representante: Nuno Jorge Lino Mira

Cargo: Presidente



Entidade: Município de Vila Nova da Barquinha

Representante: Marina Lopes Honório

Cargo: Vogal



Entidade: Município da Golegã

Representante: António Carlos da Costa Camilo

Cargo: Vogal



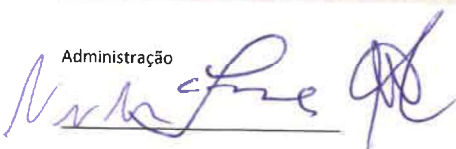
Fiscal Único:

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.

Representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085

Carregueira, de 23 de fevereiro de 2026

Administração



[Handwritten signature]

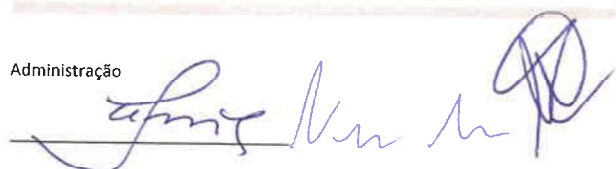
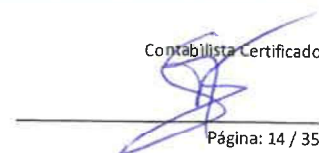
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ANO: 2025

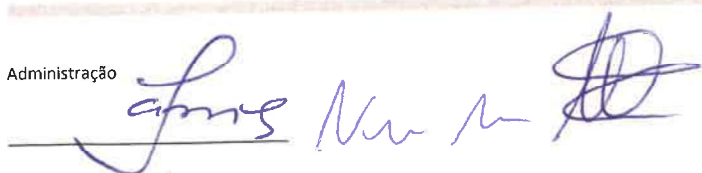


RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	11.288.918,07	11.323.345,57
Ativos intangíveis	6	36.388,11	33.502,54
Outros investimentos financeiros	9	58.599,69	58.599,69
Ativos por impostos diferidos	12	0,00	16.063,72
		11.383.905,87	11.431.511,52
Ativo corrente			
Inventários	10	340.562,91	376.935,12
Clientes	13	1.753.653,77	1.660.632,48
Estado e outros entes públicos	12	389.659,36	170.600,57
Outros créditos a receber	5;13	529.436,70	875.215,71
Diferimentos	13	96.713,64	79.390,58
Caixa e depósitos bancários	4	1.037.570,13	80.267,90
		4.147.596,51	3.243.042,36
Total do ativo		15.531.502,38	14.674.553,88
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	13	24.617,83	23.340,14
Resultados transitados	13	187.545,15	176.045,97
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	13	3.928.228,85	4.075.797,81
Resultado líquido do período		222.384,70	12.776,87
Total do capital próprio		4.412.776,53	4.337.960,79
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8;13	2.177.300,10	1.768.301,14
Outras dividas a pagar	13	2.642.011,80	2.642.011,80
		4.819.311,90	4.410.312,94
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1.195.907,62	1.173.299,76
Estado e outros entes públicos	12	143.822,00	1.195.318,66
Financiamentos obtidos	8;13	2.256.444,90	1.523.929,90
Outras dívidas a pagar	5;13	2.703.239,43	2.033.731,83
		6.299.413,95	5.926.280,15
Total do passivo		11.118.725,85	10.336.593,09
Total do capital próprio e do passivo		15.531.502,38	14.674.553,88



RENDIMENTOS E GASTOS	Netas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	11	13.115.101,91	11.374.231,90
Variação nos inventários da produção	10	-36.372,21	269.063,12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-9.183,50	-1.136,72
Fornecimentos e serviços externos	16	-4.209.103,47	-3.886.170,06
Gastos com o pessoal	5;14	-5.693.465,38	-5.506.557,05
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	857,80	409,12
Outros rendimentos	11	749.607,69	658.476,19
Outros gastos	16	-2.109.074,22	-1.249.300,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.808.368,62	1.659.016,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	-1.369.790,54	-1.415.419,26
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		438.578,08	243.596,97
Juros e gastos similares suportados	8	-179.537,83	-198.823,72
Resultado antes de impostos		259.040,25	44.773,25
Imposto sobre o rendimento do período	12	-36.655,55	-31.996,38
Resultado líquido do período		222.384,70	12.776,87






RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		13.022.938,42	12.116.683,90
Pagamentos a fornecedores		8.401.565,24	6.731.783,79
Pagamentos ao pessoal	14	5.689.094,53	5.498.704,76
Caixa gerada pelas operações		-1.067.721,35	-113.804,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		8.744,00	16.989,77
Outros recebimentos/pagamentos		1.910.956,95	597.348,15
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		834.491,60	466.553,73
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	7	1.296.568,75	230.919,74
Ativos intangíveis	6	49.970,80	45.701,02
Investimentos financeiros	9	0,00	7.456,40
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		613.120,05	312.088,15
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-733.419,50	28.010,99
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	8	2.655.000,00	1.810.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	8	1.619.232,04	2.086.488,75
Juros e gastos similares	8	179.537,83	198.823,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		856.230,13	-475.312,47
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		957.302,23	19.252,25
Caixa e seus equivalentes no início do período		80.267,90	61.015,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.037.570,13	80.267,90

[Handwritten signature]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ANO: 2025

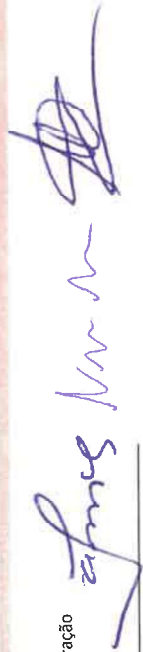
Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios do período findo em 31-12-2025 (montantes em EURO)



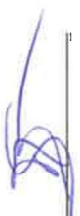
DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações(quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	50.000,00				23.340,14		176.045,97		4.075.797,81	12.776,87	4.337.960,79		4.337.960,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7					1.277,69		11.499,18		-147.568,96	-12.776,87	-147.568,96		-147.568,96
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					1.277,69		11.499,18		-147.568,96	-12.776,87	-147.568,96		-147.568,96
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										222.384,70	222.384,70		222.384,70
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10										209.607,83	209.607,83		209.607,83
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6+7+8+10	50.000,00				24.617,83		187.545,15		3.928.228,85	222.384,70	4.412.776,53		4.412.776,53

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações(quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	50.000,00				5.450,28		18.302,78		4.545.574,87	178.898,58	4.798.227,51		4.798.227,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2					17.889,86		157.742,19		-469.777,06	-178.898,58	-473.043,59		-473.043,59
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					17.889,86		157.742,19		-469.777,06	-178.898,58	-473.043,59		-473.043,59
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										12.776,87	12.776,87		12.776,87
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	5										-460.266,72	-460.266,72		-460.266,72
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6=1+2+3+5	50.000,00				23.340,14		176.045,97		4.075.797,81	12.776,87	4.337.960,79		4.337.960,79

Administração



Contabilista Certificado





1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Sede social: Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, Carregueira

Natureza da atividade: Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

O capital atual da sociedade ascende a 50.000,00 euros.

A empresa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número 515332607

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Empresa ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2025.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

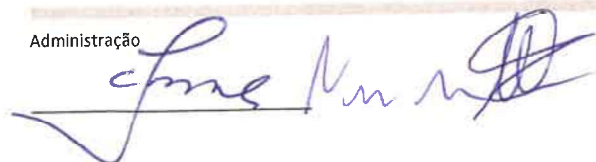
As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.





2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da empresa, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico. As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A empresa optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

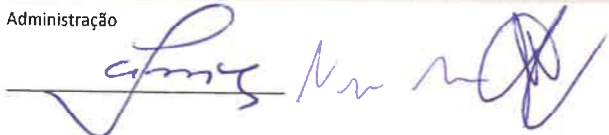
Os contratos de locação financeira, relativamente aos quais a Empresa assume os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado, são registados, na data do seu início, como ativo e passivo pelo valor atual das rendas vincendas, desde que menores que o justo valor do bem.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Empresa considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

• Edifícios e outras construções	50 anos
• Equipamento básico	10-15 anos
• Equipamento administrativo	3-5 anos
• Equipamento de transporte	4 anos
• Outros ativos tangíveis	3-10 anos

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.



**Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros referentes a participações financeiras são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, não sendo posteriormente mensurados pela aplicação do método da equivalência patrimonial.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

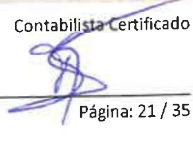
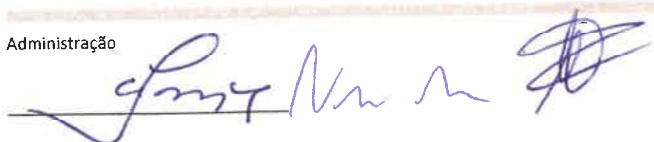
Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê que venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

A empresa encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez. Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro. A empresa apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.





O risco de crédito na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade, sendo que a empresa tem adotado a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil do cliente e da própria natureza da atividade, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco. Outra das atitudes tomadas prende-se com uma regular monitorização das contas de clientes, bem como o recurso atempado às vias legalmente necessárias para recuperação de créditos.

A empresa gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

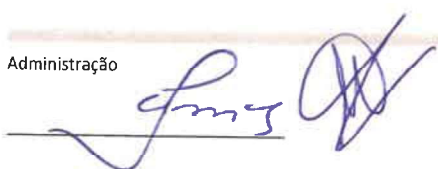
As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.



**Benefícios a empregados – estimativa de férias**

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa**4.1 - Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso**

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	410,40	3.037,54	3.027,54	420,40
Depósitos à ordem	79.857,50	20.279.796,15	19.322.503,92	1.037.149,73
Total	80.267,90	20.282.833,69	19.325.531,46	1.037.570,13

5 - Partes relacionadas**5.1 - Identificação das partes relacionadas***5.1.1 - Identificar se existem participações entre entidades*

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., é uma entidade constituída por 10 municípios:

- Alcanena;
- Chamusca;
- Constância;
- Entroncamento;
- Ferreira do Zêzere;
- Golegã;
- Santarém;
- Tomar;
- Torres Novas e;
- Vila Nova da Barquinha.

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos.



5.3 - Transações entre partes relacionadas

5.3.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Denominação	Natureza da relação	Volume	Saldo	
			Devedor	Credor
Município de Alcanena	Prestação de serviços	733.658,69	214.747,52	0,00
Município da Chamusca	Prestação de serviços	530.175,55	90.687,45	0,00
Município da Chamusca	Compras	-212,50	0,00	830,13
Município de Constância	Prestação de serviços	106.144,39	11.619,25	0,00
Município do Entroncamento	Prestação de serviços	917.275,38	147.463,28	0,00
Município do Entroncamento	Compras	-240,00	0,00	19,44
Município de Ferreira do Zêzere	Prestação de serviços	591,25	0,00	0,00
Município da Golegã	Prestação de serviços	213.368,22	54.433,97	0,00
Município de Santarém	Prestação de serviços	1.813.122,7	4,98	0,00
Município de Tomar	Prestação de serviços	39.083,29	3.243,42	0,00
Município de Torres Novas	Prestação de serviços	1.136.769,99	97.429,18	0,00
Município de Vila Nova da Barquinha	Prestação de serviços	30,70	8.421,51	0,00
Total:		5.490.007,63	628.050,56	849,57

6 - Ativos intangíveis

6.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

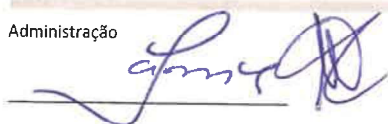
6.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Ativos intangíveis - movimentos do período:

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos Ativos Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	19.183,97	234.815,66	0,00	92.088,66	0,00	0,00	346.088,29
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	19.183,97	198.427,55	0,00	92.088,66	0,00	0,00	309.700,18
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	19.183,97	184.844,86	0,00	92.088,66	0,00	0,00	296.117,49
Amortizações acumuladas	0,00	19.183,97	151.342,32	0,00	92.088,66	0,00	0,00	262.614,95
Saldo no início do período	0,00	0,00	33.502,54	0,00	0,00	0,00	0,00	33.502,54
Variações do período	0,00	0,00	2.885,57	0,00	0,00	0,00	0,00	2.885,57
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	49.970,80	0,00	0,00	0,00	0,00	49.970,80
Total de aumentos	0,00	0,00	49.970,80	0,00	0,00	0,00	0,00	49.970,80
Amortizações do período	0,00	0,00	47.085,23	0,00	0,00	0,00	0,00	47.085,23
Total de diminuições	0,00	0,00	47.085,23	0,00	0,00	0,00	0,00	47.085,23
Saldo no final do período	0,00	0,00	36.388,11	0,00	0,00	0,00	0,00	36.388,11

Administração



Contabilista Certificado





Ativos intangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos Ativos Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	19.183,97	184.844,86	0,00	92.088,66	0,00	0,00	296.117,49
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	19.183,97	151.342,32	0,00	92.088,66	0,00	0,00	262.614,95
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	19.183,97	139.143,84	0,00	92.088,66	0,00	0,00	250.416,47
Amortizações acumuladas	0,00	17.579,58	137.277,12	0,00	76.394,28	0,00	0,00	231.250,98
Saldo no início do período	0,00	1.604,39	1.866,72	0,00	15.694,38	0,00	0,00	19.165,49
Variações do período	0,00	-1.604,39	31.635,82	0,00	-15.694,38	0,00	0,00	14.337,05
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	45.701,02	0,00	0,00	0,00	0,00	45.701,02
Total de aumentos	0,00	0,00	45.701,02	0,00	0,00	0,00	0,00	45.701,02
Amortizações do período	0,00	1.604,39	14.065,20	0,00	15.694,38	0,00	0,00	31.363,97
Total de diminuições	0,00	1.604,39	14.065,20	0,00	15.694,38	0,00	0,00	31.363,97
Saldo no final do período	0,00	0,00	33.502,54	0,00	0,00	0,00	0,00	33.502,54

7 - Ativos fixos tangíveis

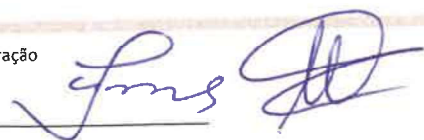
7.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

7.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na nota 3.2.

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	375.090,31	8.902.822,21	5.723.113,27	1.149.355,60	66.065,23	0,00	255.939,90	1.271.862,17	0,00	17.744.248,69
Depreciações acumuladas	0,00	2.855.069,52	2.245.398,05	1.032.764,35	53.415,21	0,00	234.255,99	0,00	0,00	6.420.903,12
Saldo no início do período	375.090,31	6.047.752,69	3.477.715,22	116.591,25	12.650,02	0,00	21.683,91	1.271.862,17	0,00	11.323.345,57
Variações do período	0,00	-635.040,36	620.577,70	49.415,77	1.592,71	0,00	-5.301,47	-65.671,85	0,00	-34.427,50
Total de aumentos	0,00	0,00	907.214,37	174.950,00	7.867,50	0,00	896,75	205.641,01	0,00	1.296.568,63
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	907.214,37	174.950,00	7.867,50	0,00	896,75	205.641,01	0,00	1.296.568,63
Total de diminuições	0,00	635.040,36	549.658,71	125.534,23	6.887,23	0,00	6.198,22	8.290,52	0,00	1.331.609,75
Depreciações do período	0,00	635.040,36	549.658,71	125.534,23	6.273,79	0,00	6.198,22	0,00	0,00	1.322.705,31
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	613,44	0,00	0,00	8.290,52	0,00	8.904,44
Transferências de AFT	0,00	0,00	263.022,04	0,00	0,00	0,00	0,00	-263.022,04	0,00	0,00
Outras transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	613,44	0,00	0,00	0,00	0,00	613,50
Saldo no fim do período	375.090,31	5.412.712,33	4.098.292,92	166.007,02	14.242,73	0,00	16.382,44	1.206.190,32	0,00	11.288.918,07
Valor bruto no fim do período	375.090,31	8.902.822,21	6.893.349,68	1.324.305,60	73.318,29	0,00	256.836,65	1.206.190,32	0,00	19.006.663,06
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	3.490.109,88	2.795.056,76	1.158.298,58	59.075,56	0,00	240.454,21	0,00	0,00	7.742.994,99






Ativos fixos tangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	375.090,31	8.902.822,21	5.701.842,67	1.169.901,65	53.612,19	0,00	255.939,90	1.100.928,65	0,00	17.560.137,58
Depreciações acumuladas	0,00	2.132.072,55	1.748.832,20	927.302,75	46.492,43	0,00	222.802,95	0,00	0,00	5.077.502,88
Saldo no início do período	375.090,31	6.770.749,66	3.953.010,47	242.598,90	7.119,76	0,00	33.136,95	1.100.928,65	0,00	12.482.634,70
Variações do período	0,00	-722.996,97	-475.295,25	-126.007,65	5.530,26	0,00	-11.453,04	145.683,52	0,00	-1.184.539,13
Total de aumentos	0,00	0,00	64.421,18	20.546,05	15.674,04	0,00	0,00	170.933,52	0,00	271.574,79
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	45.922,68	0,00	14.063,54	0,00	0,00	170.933,52	0,00	230.919,74
Outros aumentos	0,00	0,00	18.498,50	20.546,05	1.610,50	0,00	0,00	0,00	0,00	40.655,05
Total de diminuições	0,00	722.996,97	539.716,43	146.553,70	10.143,78	0,00	11.453,04	0,00	0,00	1.430.863,92
Depreciações do período	0,00	722.996,97	515.064,35	126.007,65	8.533,28	0,00	11.453,04	0,00	0,00	1.384.055,29
Alienações	0,00	0,00	21.612,85	20.546,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.158,90
Abates	0,00	0,00	3.039,23	0,00	1.610,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.649,73
Saldo no fim do período	375.090,31	6.047.752,69	3.477.715,22	116.591,25	12.650,02	0,00	21.683,91	1.271.862,17	0,00	11.323.345,57
Valor bruto no fim do período	375.090,31	8.902.822,21	5.723.113,27	1.149.355,60	66.065,23	0,00	255.939,90	1.271.862,17	0,00	17.744.248,69
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	2.855.069,52	2.245.398,05	1.032.764,35	53.415,21	0,00	234.255,99	0,00	0,00	6.420.903,12

8 - Custos de empréstimos obtidos

8.1 - Empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2025 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 179.537,83 euros.

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total de custos anuais emp. obtidos	Juros suportados anuais emp. obtidos	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp. capitalizados	Custos emp. em gastos
Empréstimos genéricos	3.274.587,81	1.717.568,00	2.716.177,00	179.537,83	145.578,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	3.274.587,81	1.616.000,00	1.658.587,81	179.537,83	142.853,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	32.364,00	120.727,48	0,00	2.724,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	0,00	69.204,00	936.861,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	3.274.587,81	1.717.568,00	2.716.177,00	179.537,83	145.578,48	0,00	0,00	0,00	0,00



8.2 - Outras divulgações

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	179.537,83	198.823,72
Juros e gastos similares suportados	179.537,83	198.823,72
Juros de financiamentos suportados	142.853,72	127.855,59
<i>Juros de empréstimos bancários</i>		
<i>Juros de locações financeiras</i>	2.724,76	0,00
<i>Outros juros de financiamentos suportados</i>	33.959,35	70.968,13

9 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

9.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros

9.1.1 - Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros que utilizam outros métodos

Método do Custo em Inv. Financeiros - movimentos do período:

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	Outros Inv. Fin.	Inv. Fin. Em Curso	Adiantamentos p/ Inv. Fin.	Total
Valor bruto inicial	0,00	0,00	0,00	58.599,69	0,00	0,00	58.599,69
Valor líquido inicial	0,00	0,00	0,00	58.599,69	0,00	0,00	58.599,69
Movimentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	0,00	0,00	0,00	58.599,69	0,00	0,00	58.599,69

Método do Custo em Inv. Financeiros - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	Outros Inv. Fin.	Inv. Fin. Em Curso	Adiantamentos p/ Inv. Fin.	Total
Valor bruto inicial	0,00	0,00	0,00	66.056,09	0,00	0,00	66.056,09
Valor líquido inicial	0,00	0,00	0,00	66.056,09	0,00	0,00	66.056,09
Movimentos do período	0,00	0,00	0,00	-7.456,40	0,00	0,00	-7.456,40
Outros movimentos do período	0,00	0,00	0,00	-7.456,40	0,00	0,00	-7.456,40
Valor líquido final	0,00	0,00	0,00	58.599,69	0,00	0,00	58.599,69

10 - Inventários

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

O método do custeio usado é o da fórmula do custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

Administração



Contabilista Certificado





10.1.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsidiárias	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	9.183,50	9.183,50	0,00	1.136,72	1.136,72
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	9.183,50	9.183,50	0,00	1.136,72	1.136,72
OUTRAS INFORMAÇÕES						

10.1.2 - Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários de produção - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	340.562,91	0,00	0,00	340.562,91	376.935,12	0,00	0,00	376.935,12
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários iniciais	376.935,12	0,00	0,00	376.935,12	107.872,00	0,00	0,00	107.872,00
Variação da produção	-36.372,21	0,00	0,00	-36.372,21	269.063,12	0,00	0,00	269.063,12

11 - Rédito

11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.



11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	5.114.150,26	3.540.513,23
Prestação de serviços	8.000.951,65	7.833.718,67
Outros réditos	749.607,69	658.476,19
Total	13.864.709,60	12.032.708,09

11.3 - Outras informações

Outros rendimentos - Detalhes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outros rendimentos	749.607,69	658.476,19
Rendimentos suplementares	82.885,06	108.341,85
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	70.515,00	80.357,28
Excesso da estimativa para impostos	0,01	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	592.939,33	469.777,06
Outros	3.268,29	0,00

12 - Impostos e contribuições

12.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	259.040,25	44.773,25
Imposto corrente	20.591,83	6.359,43
Imposto diferido	16.063,72	25.636,95
Imposto sobre o rendimento do período	36.655,55	31.996,38
Tributações autónomas	383,52	339,91
Taxa efetiva de imposto	14,15	71,46



12.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	8.744,00	20.591,83	9.706,00	6.359,43
Pagamentos por conta	8.744,00	0,00	9.706,00	0,00
<i>Pagamentos normais</i>	8.744,00	0,00	9.706,00	0,00
<i>IRC a receber / pagar</i>	0,00	20.591,83	0,00	6.359,43
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	21.278,91	0,00	20.499,28
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	327.107,65	0,00	107.086,86	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	101.920,84	0,00	97.782,71
Tributos das autarquias locais	0,00	30,42	0,00	30,42
Outras tributações	53.807,71	0,00	53.807,71	1.070.646,82
Total	389.659,36	143.822,00	170.600,57	1.195.318,66

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. A Administração da entidade entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a entidade encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

13 - Instrumentos financeiros

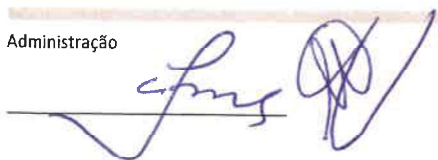
13.1 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Os instrumentos financeiros detidos pela Empresa encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

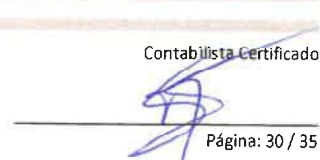
Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	2.391.388,04	-108.297,57	0,00
Clientes	0,00	0,00	1.861.951,34	-108.297,57	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	529.436,70	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	10.974.903,85	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	1.195.907,62	0,00	0,00
Acionistas/sócios	0,00	0,00	2.600.000,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	4.433.745,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	2.745.251,23	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-33.101,55	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	857,80	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-33.959,35	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-145.578,48	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-145.578,48	0,00	0,00

Administração



Contabilista Certificado





13.2 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social nominal ascende a 50.000,00 euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

13.3 - Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O capital encontra-se dividido em 10.000 ações com valor nominal de 5,00 euros cada uma.

13.4 - Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Reservas	23.340,14	0,00	1.277,69	24.617,83
Reservas legais	23.340,14	0,00	1.277,69	24.617,83
Resultados transitados	176.045,97	1.277,69	12.776,87	187.545,15
Outras variações nos capitais próprios	4.075.797,81	592.939,33	445.370,37	3.928.228,85
Subsídios	4.075.797,81	592.939,33	445.370,37	3.928.228,85
Total	4.325.183,92	594.217,02	459.424,93	4.190.391,83

13.5 - Diferimentos - Gastos a Reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam um montante de 96.713,64 euros.

Identificação de diferimentos de gastos:

Nome / Descrição	Valor
Seguros	96.681,30
Depósito Gasóleo - Lubrifuel	32,34

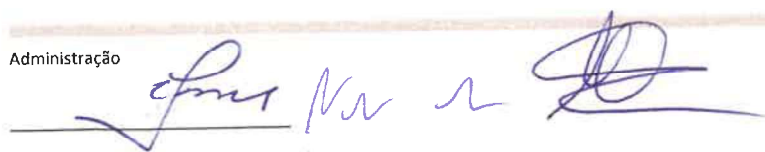
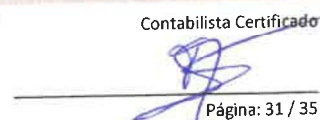
14 - Benefícios dos empregados

14.1 - Número de empregados e gastos com o pessoal

O número de trabalhadores a 31 de dezembro de 2025 foi de 243 colaboradores.

14.1.1 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.



Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	5.693.465,38	5.506.557,05
Remunerações do pessoal	4.192.514,05	4.032.898,65
Indemnizações	157,20	0,00
Encargos sobre as remunerações	906.490,63	873.628,53
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	358.488,67	336.975,12
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	235.814,83	263.054,75
- Formação	12.157,50	31.095,37
- Fardamento	27.678,72	21.384,06

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	38212	
Vendas	5.114.150,26	5.114.150,26
De produtos acabados, semiacabados residuos e refugos	5.114.150,26	5.114.150,26
Prestações de serviços	8.000.951,65	8.000.951,65
Compras	9.183,50	9.183,50
Fornecimentos e serviços externos	4.209.103,47	4.209.103,47
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.183,50	9.183,50
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.183,50	9.183,50
Variação nos inventários de produção	-36.372,21	-36.372,21
Número médio de pessoas ao serviço	243,00	243,00
Gastos com o pessoal	5.693.465,38	5.693.465,38
Remunerações	4.192.514,05	4.192.514,05
Outros gastos	1.500.951,33	1.500.951,33
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	11.263.668,07	11.263.668,07
Total das aquisições	1.296.568,75	1.296.568,75
Adições no período de ativos em curso	205.641,00	205.641,00
Propriedades de investimento		



15.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extracomunitário	Total
Vendas	5.114.150,26	0,00	0,00	5.114.150,26
Prestações de serviços	8.000.951,65	0,00	0,00	8.000.951,65
Compras	9.183,50	0,00	0,00	9.183,50
Fornecimentos e serviços externos	4.208.195,70	908,40	0,00	4.209.103,47
Aquisições de ativos fixos tangíveis	1.296.568,75	0,00	0,00	1.296.568,75
Aquisições de ativos intangíveis	49.971,00	0,00	0,00	49.971,00
Rendimentos suplementares:	82.885,06	0,00	0,00	82.885,06
Aluguer de equipamento	3.150,00	0,00	0,00	3.150,00
Outros rendimentos suplementares	79.735,06	0,00	0,00	79.735,06

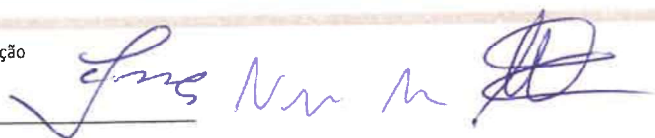
16 - Outras informações

16.1 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

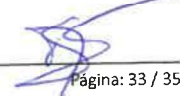
Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	121.539,18	51.347,02
Serviços especializados	1.686.779,30	1.723.539,15
Trabalhos especializados	180.330,00	160.567,27
Publicidade e propaganda	29.805,35	22.120,15
Vigilância e segurança	80.640,00	84.000,00
Honorários	63.165,34	55.878,63
Conservação e reparação	1.323.217,25	1.394.996,40
Outros	9.621,36	5.976,70
Materiais	139.010,93	81.147,66
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	120.224,57	66.670,56
Material de escritório	18.786,36	14.477,10
Energia e fluidos	1.419.495,01	1.339.317,93
Electricidade	295.084,84	271.556,19
Combustíveis	1.047.444,16	1.011.480,05
Água	19.478,47	20.270,58
Outros	57.487,54	36.011,11
Deslocações, estadas e transportes	13.533,90	7.235,78
Deslocações e estadas	13.533,90	7.235,78
Serviços diversos	830.157,00	683.582,52
Rendas e alugueres	524.124,09	428.932,56
Comunicação	39.764,26	31.262,06
Seguros	197.694,95	173.406,75
Contencioso e notariado	4.731,80	1.715,79
Limpeza, higiene e conforto	63.841,90	48.265,36
Total	4.210.515,32	3.886.170,06

Administração



Contabilista Certificado



**16.2 - Artigo 66º- A do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão de Contas ascendem a 11.880,00 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros trabalhos.

16.3 - Benefícios provenientes de Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI II)

Período a que respeita o benefício	Saldo não deduzido ao ano anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo a transitar
2021	152.621,78	0,00	-39.153,10	113.468,68
Totais:	152.621,78	0,00	-39.153,10	113.468,68

16.4 - Imputação de subsídios

Na determinação do justo valor dos ativos fixos tangíveis, não foram considerados os subsídios ao investimento, dado que na avaliação patrimonial realizada, os avaliadores independentes, na determinação do valor do uso dos bens móveis tomaram em consideração o seguinte:

1. valor indicativo dos capitais próprios da Resitejo; e
2. avaliação efetuada por perito independente relativamente ao justo valor dos bens imóveis.

Ou seja, não existe sustentação metodológica para a inclusão dos subsídios ao investimento na avaliação pelo valor de uso do ativo fixo tangível, para efeito de dar cumprimento ao regime dos preços de transferência, nomeadamente, ao disposto na alínea b), do nº 3, do artigo 63º do Código de IRC, no âmbito da transferência da atividade. O procedimento descrito vai de encontro ao estabelecido na International Accounting Standard (IAS) 20 - Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance, a qual prevê a possibilidade dos subsídios ao investimento, serem contabilizados como dedução ao valor do ativo que se destinam a subsidiar ou como rendimento diferido.

Enquanto na Resitejo, conforme divulgação no anexo às demonstrações financeiras, os procedimentos e práticas de reconhecimento dos subsídios e da respetiva contabilização eram os seguintes: "Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos. Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciables ou não amortizáveis."

Esses procedimentos decorrem da aplicação da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, nomeadamente o disposto nos parágrafos 22 a 24.



Assim, entendemos divulgar, no quadro seguinte, a informação financeira dos subsídios ao investimento por reconhecer, desde a data de transferência dos ativos pela Resitejo, como se tal operação não tivesse ocorrido.

Ativo	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas do período 31-12-2025	Depreciações do período 2025	Subsídio a reconhecer em 31-12-2024	Rendimento a ser reconhecido no período 2025	Subsídio a reconhecer
Edifícios e outras construções	5.639.632,39	4.242.309,70	203.440,02	1.294.105,40	183.096,02	1.111.009,38
Equipamento básico	15.294.612,50	15.294.612,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento transporte	1.025.801,08	1.025.801,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	144.558,25	144.558,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	22.104.604,22	20.707.281,53	203.440,02	1.294.105,40	183.096,02	1.111.009,38

16.5 - Outros Gastos

Outros gastos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outros gastos	2.109.074,22	1.320.268,40
Impostos	2.030.336,83	1.132.967,45
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	5.523,58
Donativos	2.400,00	11.959,10
Quotizações	13.778,36	13.512,36
Outros	62.559,03	85.337,78
Outros Gastos de Financiamentos	0,00	70.968,13

16.6 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de 222.384,70 euros, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

Resultados Transitados:	200.146,23 euros
Reservas Legais	22.238,47 euros

17 - Acontecimentos após a data do balanço

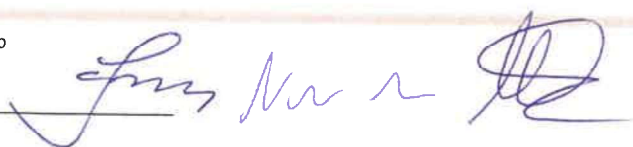
17.1 - Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os acionistas da empresa detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

17.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.






CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 15.531.502 euros e um total de capital próprio de 4.412.777 euros, incluindo um resultado líquido de 222.385 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade não constituiu provisões ambientais, relacionadas com a monitorização ambiental e encerramento das células de deposição de resíduos, pelo facto de não existirem elementos que possibilitem a sua mensuração.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

1/3



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o mapa de execução orçamental e plano plurianual de investimentos

Dando cumprimento ao artigo 25º, nº 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e ao artigo 25º, nº 1, alínea k) dos Estatutos, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira incluída no mapa de execução orçamental, plano plurianual de investimentos, indicando que as informações são coerentes com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 54º, nº 2 do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui a informação anual sobre as matérias referentes às práticas de bom governo, constantes do capítulo II do referido diploma legal, detalhando tais matérias de forma adequada às características da Entidade e encontra-se estruturado de acordo com o manual emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 2 de março de 2026

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085
Registado na CMVM com o n.º 20160697

Certificação Legal das Contas - RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. – Ano 2025



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.
Chamusca

Em cumprimento do disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No desempenho das funções de Fiscal Único acompanhámos a atividade da vossa Empresa através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Administração quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância das disposições legais, efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Administração, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Sociedade.

Elaborámos a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efetuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Administração deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Administração devem ser aprovadas;
3. O mapa de execução orçamental e o plano plurianual de investimentos apresentados pela Administração devem ser aprovados;
4. O relatório de governo societário apresentado pela Administração deve ser aprovado; e
5. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração deve ser aprovada.

Lisboa, 2 de março de 2026

FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085
Registado na CMVM com o n.º 20160697